

EDUCAÇÃO, TELEVISÃO E NATUREZA: UMA ANÁLISE DO REPÓRTER ECO

Lucia de Fátima Estevinho Guido – UFU – luciag@umarama.ufu.br

GT: Educação Ambiental / n. 22

Agência financiadora: Capes

INTRODUÇÃO

O ano de 1992, marcado pela realização da Rio-92, foi também o ano da estréia, na TV Cultura, do programa Repórter Eco que, durante estes 14 anos, tem-se dedicado aos temas ambientais e ecológicos. Este trabalho ocupa-se do estudo da forma como são tratadas as questões ambientais na televisão.

Muitas vezes a veiculação destas questões se faz com recurso à “espetacularização” da natureza e de sua degradação, própria da globalização que se encarrega de disseminar o que Alphantéry; Bitoun; Dupont (1992) denominaram “medo ecológico”.

O significado deste medo não está livre de uma espécie de consciência “arcaica” que a Idade Moderna, com sua ênfase na racionalidade em detrimento das crenças religiosas, não conseguiu fazer desaparecer completamente da civilização ocidental. A cientificidade, um dos pilares da modernidade, não foi capaz de livrar o homem moderno dos temores antigos que se acreditava estarem superados.

O medo, na sociedade contemporânea, desenvolve-se no interior da própria razão técnica e científica, no projeto industrial e pós-industrial, no processo de ocidentalização do mundo. Em razão disso, os três temas que dominam a discussão ecológica internacional há mais de 20 anos são: “o esgotamento dos recursos naturais, a multiplicação de dejetos industriais e a destruição de culturas tradicionais.” (ALPHANDÉRY; BITOUN; DUPONT, 1992, p. 73).

A sensibilização dos indivíduos para as questões ambientais acontece de duas maneiras distintas: de um lado, por meio do medo de uma suposta revolta da natureza através das catástrofes ambientais e, de outro, a ênfase nas belezas da natureza intocada. Ao trabalhar com os dois extremos, a culpa da devastação da natureza recai sobre o homem, que destrói, que degrada, que polui a natureza, o que justifica a importância da ausência do homem para que a natureza seja preservada. A intocabilidade passa a ser considerada um padrão valorativo da natureza.

A sensibilidade ecológica, como apontam Alphantéry; Bitoun; Dupont (1992, p. 7), é, contudo, bem mais complexa, não podendo ser resumida nas duas posições acima. O

consenso ecológico diz respeito hoje a uma grande variedade da população que pensa diferente a sua relação com a natureza: “Os políticos pretendem pensar ‘verde’; os cientistas, proteger a Terra; os industriais, vender produtos ‘limpos’; os consumidores, começar a mudar seus comportamentos; e os habitantes das cidades e dos campos, defender seu espaço de vida”.

Tal sensibilidade pode ser descrita como uma “zona cinzenta”, na qual convivem diferentes visões de mundo e práticas sociais, que procuram na ecologia diversos significados, constituindo um dos fundamentos da sua vitalidade:

Ela pode servir de espaço àqueles que aspiram a uma transformação total de suas vidas, tanto quanto aos que não buscam senão atividades pontuais. Pode ser o veículo de novos modos de consumo, de tecnologias ditas adequadas, de um ressurgimento espiritual ou de uma vontade de manter a diversidade dos meios naturais e das culturas. (ALPHANDÉRY; BITOUN; DUPONT. 1992, p. 8)

Este trabalho tem por objetivo analisar como a televisão apresenta a discussão sobre a questão ambiental, de como a complexidade ambiental é abordada. Este meio de comunicação foi escolhido por estar presente em 98% dos lares brasileiros (BUCCI, 2003). Abramo (2005) divulgou em sua coluna no jornal Folha de São Paulo, uma pesquisa que indica que os indivíduos vêm mais horas de televisão por semana do que se dedicam a qualquer outro meio de divulgação, como a leitura.

A televisão foi apontada em várias pesquisas, realizadas em diferentes locais, como o meio principal de divulgação de informações ambientais para alunos e professores. Máximo-Esteves (1998) divulgou os resultados de um estudo realizado pelo Centro Europeu de Formação e Investigação em Educação Ambiental da Universidade de Bradford (ERTCEE) na Inglaterra, em 1994, cuja amostra resultou de 21.090 questionários respondidos por alunos, com idades entre 10 e 18 anos, de 13 países da Comunidade Européia. Uma das questões dizia respeito à fonte de informação sobre o meio ambiente; o resultado mostrou que 38% dos alunos apontaram a Televisão e o rádio como as principais fontes de informação sobre as questões ambientais; 34% sugeriram que esse papel cabia à escola; 18% apontaram os amigos e a família e somente 10% dos questionários viam nos jornais e revistas a fonte de informação ambiental.

O trabalho relatado por Máximo-Esteves sucedeu uma outra pesquisa importante, realizada ainda na década de 80 nos Estados Unidos da América, conduzida por Ostman;

Parker (1986). Os pesquisadores investigaram qual tipo de mídia o público procura como fonte de informação ambiental e qual a avaliação da qualidade dessas informações. Com uma amostragem de 336 entrevistas realizadas com moradores da cidade de Ithaca, no Estado de Nova York em 1984, os pesquisadores verificaram também com que frequência a população usava seis meios de comunicação de massa (jornais, televisão, revistas, rádio, livros, panfletos) para obter informações ambientais. Os jornais e a televisão foram os meios mais mencionados.

No Brasil, algumas pesquisas também têm mostrado que professores e alunos utilizam os meios de comunicação para obter informações ambientais (CARVALHO, 1986; BORTOLOZZI, 1997). Os estudos mencionados, tanto aqueles realizados no exterior, quanto os feitos no Brasil, apóiam a percepção oriunda do trabalho com licenciandos nos estágios em escolas públicas, nas disciplinas de ciências e biologia, sobre a participação da televisão na veiculação de informações ambientais.

Ao realizar estudos sobre a televisão é necessário, em primeiro lugar, repensar o papel passivo do espectador diante da mesma. É difícil mudar o que pensamos sobre a televisão, e ela durante muito tempo foi considerada como um mero divertimento:

Sempre tivemos uma imagem empobrecedora da televisão, e isto é genérico, pois os próprios intelectuais e produtores de TV a vêem desta forma. Há um crescimento de uma certa mentalidade sobre a televisão difícil de mudar. O difícil é a gente mudar o que a gente acha da TV. (MACHADO, 2000, p.26).

Por ser um veículo de comunicação de massa¹, a televisão é objeto de muitos estudos que abordam sua estrutura tecnológica e finalidade mercadológica, entre outras análises. Entretanto são poucos os trabalhos que analisam a televisão buscando um olhar mais atento para os produtos que ela efetivamente produz como, por exemplo, os programas. (MACHADO, 2001).

A opção de trabalhar com um dado programa, e não com a abordagem ecológica na programação em geral, partiu das possibilidades decorrentes da consideração da unidade programa como foco de análise. Um programa é “qualquer série sintagmática que possa ser

¹ Como veículo da cultura de massa, a televisão é objeto de crítica dos adeptos das teses da Escola de Frankfurt. Essa Escola reuniu um conjunto de pensadores em torno do Instituto de Pesquisa Social da Universidade de Frankfurt, partilhando temas comuns de análise, tais como a alienação do indivíduo nas modernas sociedades industriais e o papel dos meios de comunicação de massa na produção desta alienação.

tomada como uma singularidade distintiva, com relação às outras séries sintagmáticas da televisão.” (MACHADO, 2001, p. 27). Trata-se de uma noção questionada por muitos autores, pois é comum a televisão não deixar nítido o espaço entre um programa e outro.

Raymond Williams, por exemplo, critica a noção de programa em contraposição com a idéia de fluxo, questionando o conceito “estático” de programa, por considerar que na televisão não existem unidades fechadas ou acabadas que podem ser analisadas separadas da totalidade da programação (MACHADO, 2001).

Levando em conta a noção de fluxo apontada por Williams (1990), o intervalo comercial foi considerado em nossa análise. Nosso propósito é refletir sobre as ambigüidades, as contradições e as reiterações presentes no embate entre diferentes vozes, sons e imagens presentes no programa Repórter Eco, ou seja, realizar a análise da televisão a partir de um determinado programa. Por essa razão, é importante ter claro que os telespectadores realizam leituras singulares e variadas dos programas a que assistem. Salientamos que não nos voltamos para a análise da recepção da televisão junto ao público telespectador.

Para a análise do Repórter Eco realizamos a gravação integral de todos os programas durante dois meses. Centramos o foco em uma das seções nas quais se divide o programa: o Quadro sobre biodiversidade, por tratar-se da parte do programa diretamente ligada à divulgação de posicionamentos e ações consideradas relevantes para o enfrentamento dos problemas ecológicos.

Selecionamos sete edições do programa Repórter Eco, exibidas durante os meses de maio e junho de 2002, captadas e gravadas — nos dias 19/04, 21/04, 28/04, 05/05, 12/05, 19/05 e 26/05 — na cidade Uberlândia, MG.

Em relação às imagens, procuramos observar: sua origem, se captadas no local da reportagem ou oriundas de um banco de arquivos; a presença de legendas indicando as suas fontes; a edição das imagens. Os enquadramentos — o uso de recursos como *close* e *superclose* — foram analisados para buscar o endereçamento pretendido pela equipe de reportagem. A edição foi examinada, atentando-se para a seqüência das cenas e para os elementos que estabeleciam ligação entre as seqüências.

Em relação à banda sonora, observamos o uso de música; do som ambiente; a locução e seus encadeamentos; os depoimentos e as falas. A edição da fala foi importante para

percebermos os cortes, as pessoas selecionadas, o tempo dedicado a cada depoimento, a quem é dada a fala conclusiva.

A análise do conjunto desses elementos da construção de significação na televisão teve como foco examinar o tratamento dado pelo programa a duas questões relacionadas às propostas de ação ambientalmente corretas: a presença humana nas reservas particulares e as ambigüidades entre preservação e desenvolvimento econômico no desenvolvimento sustentável.

O REPÓRTER ECO

Uma primeira análise foi dedicada às características gerais do programa, sendo sua abertura o primeiro foco de nossa atenção. Esta foi realizada nas edições analisadas por Flávia Lippi que repete um padrão de abertura em todos os programas. Seus gestos, seu traje, os enquadramentos e sua fala criam uma espécie de familiaridade do telespectador com o programa, permitindo prever, logo na abertura, o tipo de reportagem que irá assistir. Até porque a abertura sempre traz um resumo do que será abordado no programa.

Com relação à apresentação dos programas de televisão, Arnes (1999) chama a atenção para a forma de se dirigir ao público — o endereçamento —, que permite examinar como o programa constrói sua interação com o espectador. No cinema, com o predomínio das formas ficcionais, o endereçamento é indireto, o espectador não é olhado diretamente, é por meio do imaginário que se constrói a relação com o espectador. Já na televisão, o endereçamento é direto, com o apresentador olhando diretamente para a câmera, mantendo um aparente diálogo com o telespectador. Portanto, os componentes deste modo de endereçamento são essencialmente verbais.

Observamos que a apresentação realizada por Flávia Lippi é ritualizada. Ela se dirige ao telespectador diretamente revelando aspectos do endereçamento direto da televisão, uma conversa com o telespectador, que é reforçada pelos enquadramentos sempre repetidos ao longo das edições analisadas.

Ao examinarmos as mudanças do enquadramento de Flávia Lippi durante a apresentação do Repórter Eco, percebemos que, quando ela anuncia o último bloco de reportagens, seu rosto está em *superclose*, posição que a coloca mais próxima do espectador. A própria mudança do enquadramento — do corpo inteiro para o *superclose* do

rosto — cria a sensação de uma aproximação com a apresentadora e com as informações que ela está transmitindo.

Na maioria das sete edições analisadas, o último bloco está organizado no formato de entrevista, realizada com alguma pessoa que desenvolve projetos não necessariamente com enfoque ecológico, pois estas entrevistas tem um sentido mais amplo de participação social.

Outra característica do programa, revelada na sua abertura, é que se encontra dividido basicamente em três reportagens principais, anunciadas com uma espécie de resumo de imagens e sons de cada uma. Os dois quadros abaixo, com os títulos — adaptados a partir do resumo apresentado por Flávia Lippi na abertura do programa — das três reportagens e de outras, denominadas “notícias comentadas”, além do intervalo, oferecem a estrutura do programa e das suas reportagens. O quadro 1 traz a série “Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN)”, e o quadro 2, a série “Balanço da Rio-92”.

QUADRO 1 - Edições do programa Repórter Eco analisadas (série RPPNs).

Data	Primeira reportagem	Segunda reportagem	I N T E R V A L O C O M E N T Á R I O	Notícias comentadas*	Terceira reportagem	Mensagem
19/04/2002	Cultura Indígena (Washington Novaes)	RPPN Toque-Toque Pequeno		Patrimônio Genético Indígena Desenho WWF	Antropóloga Betty Mindlin	Índio Aylton Grenati
21/04/2002	Quaresmeiras florescem fora de época	RPPN Jubran		Uso do óleo diesel em carros de passeio Comentário* Desenho WWF	Educadora Dagmar Garroux	Paulo Freire
28/04/2002	Janela Inteligente	RPPN Fazenda Bulcão		Destinação do lixo Comentário* Desenho WWF	Parteiras da Amazônia	Cacique Seattle

* Comentário do jornalista Washington Novaes.

QUADRO 2 - Edições do programa Repórter Eco analisadas (série Balanço da Rio-92).

Data	Primeira reportagem	Segunda reportagem	I N T E R V A	Notícias comentadas*	Terceira reportagem	Mensagem
05/05/2002	Linha de móveis que usa madeira certificada	Convenção sobre diversidade biológica			Arquipélago de Alcatrazes Desenho WWF	Guimarães Rosa

12/05/2002	Carro para catadores de sucata	Declaração de florestas	L O C O M E R C I A L	Projetos ambientais dos pré-candidatos à Presidência da República Comentário* Desenho WWF	Geógrafo Aziz Ab'Saber	Garota boliviana
19/05/2002	Alimentação equilibrada	Pesquisa e uso de ervas medicinais		Notícia do falecimento de J. Lutzemberg Comentário* Desenho WWF	José Fernando Peres – Diretor da FAPESP	Cacique Seattle
26/05/2002	Marchetaria	Projeto Baru		Doenças e lixo tóxico Comentário* Desenho WWF	Filósofa Olgária Mattos	Thiago de Mello

* Comentário do jornalista Washington Novaes.

Podemos observar, nos quadros 1 e 2, que as primeiras reportagens de cada edição do programa divulgam projetos; vejamos alguns títulos: Janela inteligente (dia 28/04/2005), um projeto desenvolvido pela Universidade Estadual de Campinas que visa diminuir o consumo de energia nos domicílios e nos prédios comerciais, já que, conforme as estações do ano, a captação de luz aumenta ou diminui; Linha de móveis com madeira certificada (dia 05/05/2005), que divulga o selo FSC, que certifica a madeira proveniente de manejo sustentável; Veículo para catadores de sucata (dia 12/05/2005), projeto desenvolvido por um industrial e um arquiteto para facilitar e dar mais segurança aos catadores de sucata. Vale destacar que os projetos ambientais apresentados nesse tópico são de custo elevado, tornando-os inacessíveis para uma grande parcela da população.

A segunda reportagem, anunciada pela apresentadora do programa como Quadro sobre biodiversidade, compreende uma reportagem maior, organizada em uma série com duração mensal, e uma notícia curta; o conteúdo de ambos está relacionado ao tema biodiversidade. Esta reportagem se diferencia das demais por estar organizada em série, apresentar logomarca própria e ser patrocinada pela empresa de cosméticos Natura S/A. As edições analisadas nesta pesquisa contemplam duas séries do Quadro sobre biodiversidade: Reserva Particular do Patrimônio Natural (Quadro 1) e Balanço da Rio-92 (Quadro 2). Já a terceira reportagem está direcionada para mostrar o trabalho de pessoas que realizam projetos nas mais diferentes áreas relacionadas com a educação, a cultura, a ciência e a tecnologia; os temas não estão, necessariamente, ligados diretamente às questões ambientais.

Entre as reportagens principais encontramos Notícias comentadas, que se situam antes da terceira reportagem. Mais polêmicas, estas notícias são acompanhadas, na maioria das vezes, pelo comentário do jornalista Washington Novaes, especialista em meio ambiente e supervisor geral do programa. Estas notícias trazem assuntos atuais, informações relevantes para a compreensão do que está acontecendo recentemente. O caráter jornalístico destas notícias está não apenas na atualidade do texto, algumas vezes ilustrado com imagens, mas também no “tom” mais crítico com que Washington Novaes as comenta, o que deixa transparecer que os textos destas reportagens foram elaborados por ele.

As imagens que acompanham os comentários de Novaes geralmente mostram cenas de degradação ambiental. E seu discurso incide sobre questões como desenvolvimento e crescimento, tomada de decisão do poder público em relação ao meio ambiente e a denúncia da falta de políticas públicas. O resgate do modo de viver das comunidades que ainda mantêm formas mais harmônicas de convívio com a natureza também estão presentes no discurso de Novaes.

O intervalo comercial foi considerado em nossa análise já que mesmo optando pela idéia de programa não podemos desconsiderar a idéia de fluxo televisual discutida por Williams (1990). No intervalo comercial a presença de propaganda da linha Ekos da empresa de cosméticos Natura S/A chama atenção pela sua pretensão de vincular o telespectador urbano com a natureza mais distante, como, por exemplo as florestas, de onde são retirados os ingredientes dos produtos que a empresa comercializa.

O PROJETO BARU

A caracterização geral do programa nos permitiu um olhar mais cuidadoso para algumas reportagens do programa Repórter Eco. Um tema recorrente nas reportagens dos diferentes blocos, nas entrevistas e comentários do jornalista Washington Novaes é o Desenvolvimento Sustentável, por isso buscamos analisar com mais atenção uma reportagem que trata sobre esse assunto, o Projeto Baru.

O Baru, árvore típica do Cerrado, serviu de inspiração para o nome do projeto de manejo sustentável na região do entorno do município de Goiânia, sob responsabilidade do Centro de Desenvolvimento Agroecológico do Cerrado (CEDAC). A reportagem exibida

no dia 26/05/2002 logo no início situa geograficamente o projeto, mostra a cidade de Caldazinha, uma cidade pequena, pacata, as pessoas na praça, para depois mostrar as pessoas no campo, o gado, antecipando o problema que a reportagem irá abordar: a devastação do Cerrado, com sugestões de manejo sustentável para a região de Goiânia, que poderá ajudar na conservação desse bioma. Este momento inicial trata do específico, a pequena Caldazinha, e a insere no âmbito regional: o Cerrado, relatando a extensão da sua devastação.

As imagens são acompanhadas pela locução em *off* que delimita com a palavra fronteira a devastação e a preservação do Cerrado, como se fosse possível separar o que é preservado do que é devastado. Além disso a palavra fronteira presente na seguinte locução em *off*: “A comunidade Boa Esperança vive na fronteira entre a devastação e a preservação”, passa a idéia de que esta comunidade pode optar entre preservar e devastar o Bioma Cerrado, fala que atribui à comunidade Boa Esperança, a responsabilidade pelo uso sustentado dos recursos da natureza.

A ênfase na responsabilidade que as populações locais, compostas de pequenos agricultores extrativistas, têm pelo aproveitamento econômico e pela conservação da natureza pode gerar o acobertamento e omissão, tanto dos grandes grupos empresariais, como dos governos estaduais e federal, ou até mesmo o desrespeito à legislação relativa a preservação ambiental.

Pinton; Aubertin (2000, p. 157) elucidam que a valorização das atividades extrativistas que utilizam o manejo sustentável para a preservação da Floresta Amazônica, por exemplo, tem delegado a responsabilidade pela proteção dos recursos naturais às populações tradicionais. Segundo os autores: “seria, pois, injusto fazer que os coletores carreguem a responsabilidade pela proteção da floresta e esquecer a dos órgãos oficiais, encarregados de organizá-la.”

A discussão a respeito das populações tradicionais, que se vêem incumbidas de conservar a natureza com suas atividades de manejo, está relacionada à idéia de desenvolvimento sustentável, sendo o conhecimento e as práticas destas populações bons exemplos de desenvolvimento responsável; daí, a relação entre desenvolvimento sustentável e populações tradicionais. A reportagem reforça este aspecto quando situa a

comunidade Boa Esperança, de Caldasinha/Go, na fronteira entre a devastação e a conservação.

Estudos realizados pela Antropologia na década de 1960 comentam a respeito do selvagem e do camponês, de como essas sociedades chamadas de “exóticas e selvagens”, eram vistas como agrupamentos humanos onde a escassez e a penúria decorrentes de suas limitações técnicas as condenariam a uma existência social precária e destituída da satisfação das necessidades mais elementares quando comparadas às sociedades modernas do ocidente. Essas análises foram substituídas por um grupo de Antropólogos que passaram a considerar tais comunidades como sociedades da abundância, servindo de inspiração para o pensamento da ecologia política (ALPHANDÉRY; BITOUN; DUPONT, 1992).

Nas novas pesquisas antropológicas, as “sociedades tradicionais” se comparadas à sociedade ocidental que é estruturada pela lógica da acumulação incessante de bens materiais, elas — as “sociedades tradicionais” — não teriam como característica a penúria, mas sim a abundância, pois estavam imunes à visão utilitarista e equivocada da relação entre homem e natureza. Desta maneira, suas necessidades estavam fundadas em uma outra racionalidade que não aquela conhecida pela sociedade ocidental, urbana e industrial, esta última é que se mostra, pela sua própria lógica social, fadada a provocar a escassez dos recursos vitais pela sua tendência progressiva a se apegar em necessidades artificiais. Esta “autolimitação” das necessidades dos povos ditos tradicionais era responsável pela sua “abundância” e não escassez, resultado de opções conscientes diante do meio ambiente (ALPHANDÉRY; BITOUN; DUPONT, 1992).

Retomando a análise do Repórter Eco, todos os argumentos tecidos pelas falas, seja a dos moradores locais, seja a das locuções e da coordenadora técnica do CEDAC, juntamente com as imagens do local, das pessoas que vivem no campo, conduzem ao entendimento de que o manejo é sustentável e realizado por agricultores familiares, aproximando-os do conceito de populações tradicionais. Parece haver uma tentativa de convencimento de que o projeto surgiu dessa população, utilizando uma técnica tradicional, praticada espontaneamente por este núcleo populacional, desde sempre.

A idéia de manejo sustentável vai sendo construída desde o início da reportagem, especialmente pelos textos e falas autorizadas. Esta forma de organizar as imagens, arrolar os fatos e argumentos é uma maneira de convencer e apresentar as informações na direção

de uma conclusão preestabelecida, o que reforça a idéia apresentada por Machado (2001) de que uma notícia veiculada em um telejornal apresenta um processo significativo que já vem determinado pela equipe de reportagem.

A reportagem, no entanto, não fez menção às dificuldades enfrentadas pela comunidade na incorporação das novas atividades relacionadas à coleta do Baru e sua comercialização, ou à forma como se deu esta mudança na maneira de sobreviver utilizando os recursos da terra. Tais questões são apagadas para mostrar os aspectos do desenvolvimento sustentável, considerando os valores sociais, econômicos e ambientais dos produtos obtidos a partir do manejo sustentável.

Em artigo publicado no caderno “Mais” do jornal “Folha de São Paulo” de 14/03/2004, Amartya Sen, prêmio Nobel de Economia de 1998, questiona se a discussão em torno do desenvolvimento sustentável incorpora uma visão adequadamente ampla da humanidade. Ele responde, dizendo que deveríamos nos perguntar se o conceito de padrão de vida, ou de necessidades, parte integrante dos discursos sobre desenvolvimento sustentável, é abrangente o bastante:

Sustentar um padrão de vida não é a mesma coisa que sustentar o direito à liberdade das pessoas para terem ou salvaguardarem aquilo que valorizam e aquilo a que atribuem importância, por quaisquer motivos. Nossa razão para valorizar determinadas oportunidades não precisa sempre derivar da contribuição que elas oferecem ao nosso padrão de vida. (SEN, 2004, p.17).

Sen (2004) complementa, dizendo que as pessoas têm necessidades, mas também valorizam sua capacidade de avaliar, de agir e de participar; assim, ver o ser humano apenas sob o aspecto de suas necessidades pode nos dar uma visão muito restrita e insuficiente da humanidade. Retomando uma distinção medieval, ele argumenta que não somos apenas pacientes, mas também agentes, cuja liberdade de decidir qual valor atribuir às coisas e de que maneira preservar esses valores pode estender-se muito além do mero atendimento de nossas necessidades.

A idéia de liberdade, segundo Sen (2004), deve ser incorporada ao conceito de Desenvolvimento Sustentável, pois assim este último ficaria mais amplo e efetivo, dando origem ao que ele chama de “liberdades sustentáveis”, em que o papel da cidadania é fundamental, como uma maneira de tornar as pessoas agentes e não pacientes, pois, ao se tornarem agentes poderão entender e se envolver nas causas ecológicas.

Para podermos vislumbrar o desenvolvimento atrelado à idéia de liberdade, é necessário direcionar o foco para os fins que o tornam importante: “o desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e instituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos.” (SEN, 2000, p. 18).

Dentre as privações de liberdade apontadas por Sen (2000), destacamos neste trabalho a negligência dos serviços públicos, pois é nessa categoria que está a educação, e acreditamos ser por meio dela que poderemos alcançar um novo patamar para a relação sociedade-ambiente, a educação para a liberdade faz das pessoas agentes, nomenclatura empregada por Sen, os responsáveis pela conservação da natureza, vendo nela não somente a fonte de satisfação das necessidades, mas também o espaço vital que comporta inclusive a esfera da existência humana.

A PRESENÇA/AUSÊNCIA DAS PESSOAS NAS RESERVAS PARTICULARES

Na série Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN)², as reportagens do Repórter Eco acontecem *in loco*. Deslocar a equipe de reportagem para a reserva confere veracidade às informações, bem como atende à necessidade de apresentar o resultado deste tipo de experiência, a fim de sensibilizar o telespectador para a importância desta modalidade de reserva.

Nestas reportagens ao contrário da reportagem sobre o Projeto Baru, as populações locais não aparecem, deixando o conceito de reservas restrito à idéia de natureza intocada. Das quatro reportagens da série sobre as RPPNs, apenas uma delas apresenta um morador local. Trata-se da primeira delas, que mostra um homem, Dito Verde, apresentado como um pantaneiro que, apesar de ter sido indenizado para deixar a reserva recém-criada, não quis sair do local. É possível notar que o depoimento deixa implícita a impossibilidade de haver moradores neste tipo de reserva, já que ele foi indenizado para sair do local.

Nas outras reportagens aparecem pessoas, mas estas não são identificadas como moradores locais. Na reportagem da RPPN Toque-Toque Pequeno, há biólogos e turistas,

² Esta série foi apresentada em quatro reportagens, a saber: RPPN Sesc Pantanal, RPPN Toque-Toque Pequeno, RPPN Jubran e RPPN Fazenda Bulcão.

além do dono da reserva, Horácio Tackano. Sebastião Salgado e Lélia Wanick Salgado são os donos da RPPN Fazenda Bulcão, mas não moram no local. Mas em sua fala Sebastião Salgado resgata as pessoas que viviam naquele lugar e que fazem parte da sua história de vida. Na RPPN Jubran, nem ao menos o dono aparece na reportagem, cujas imagens na maior parte do tempo são realizadas na Reserva Ecológica de Taiamã, com depoimentos do gerente da RPPN Jubran, representante do Instituto Ecológico Sócio-Ambiental da Bacia Platina e técnicos do Ibama, ligados à Estação Ecológica.

A presença de moradores em reservas é um assunto bastante controverso, tanto na literatura, como na legislação. Não há, além do depoimento de Dito Verde, nenhuma outra manifestação de antigos moradores das áreas que se tornaram RPPNs e que foram apresentadas nesta série do Repórter Eco. Somente foram entrevistadas as pessoas que desempenham funções técnicas e científicas, os donos da reserva e personalidades como Sebastião Salgado, dono da RPPN Fazenda Bulcão. O programa não apresenta opiniões divergentes sobre a destinação deste tipo de reserva.

A fala de Flávia Lippi — na abertura das reportagens, sempre idêntica em todas as edições analisadas — e a parceria com a empresa Natura, já prenuncia o que será focalizado em cada reportagem desta série. Na RPPN Sesc-Pantanal e na de Toque-Toque Pequeno, a atenção se volta para a pesquisa e ao ecoturismo que podem ser realizados nas áreas das respectivas reservas. Na RPPN Jubran, a pesquisa também é enfatizada, mas nesta reportagem é destacado o fato de que esta RPPN está localizada ao lado da Estação Ecológica de Taiamã. A Estação Ecológica, assim como o assunto sobre reservas, passa a ser o tema de toda a reportagem. A abertura da RPPN Fazenda Bulcão valoriza a pesquisa, pois foi criada em área degradada, mas também enfatiza a presença do dono, Sebastião Salgado, colocando-o em destaque antes mesmo de começar a reportagem.

A Lei que estabelece o SNUC, em seu art. 21, § 2, normatiza o que é permitido nas RPPNs; podemos observar que os pontos salientados por Flávia Lippi na abertura das reportagens da série correspondem ao que está estabelecido pela lei: a pesquisa científica e a visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais. Em praticamente todas as aberturas, Flávia Lippi fala sobre a importância da pesquisa científica nestas modalidades de reserva, o que vai ao encontro da proteção da biodiversidade, que é o objetivo maior das RPPNs; a educação ambiental e o ecoturismo também são destacados.

Para ampliar nossa análise, buscamos em Máximo-Esteves (1998, p. 58) um comentário sobre o entendimento atual relativo a parques, jardins e reservas, a posição da autora expressa o exemplo que alcançou o consenso relativo ao controle da natureza pela sociedade.

Sendo, em princípio, uma reserva natural, seria suposto que fossem considerados como o último reduto da intromissão social. Mas estes parques naturais serão mesmo naturais? Ou são efectivamente parques construídos, e socializados *in extremis*, ao ponto de serem criados e reinventados com a finalidade complementar (ou principal?) de uma outra exploração — a exploração turística?

Na reportagem sobre a RPPN Toque-Toque Pequeno, o biólogo afirma que na reserva há qualidade ambiental porque não há moradores, no entanto, é fato que a reserva foi adaptada para o ecoturismo, tendo nesta atividade a sua fonte de sustentação. Então, algumas pessoas estão autorizadas a entrar no local (pesquisadores e ecoturistas), outras não (moradores). Além disso, algumas pessoas, provavelmente moradoras do entorno, são vistas pelo dono da RPPN como “invasoras”, pois jogam lixo e coletam o palmito jussara para comercialização.

É interessante notar que, na idéia de reserva particular veiculada nesta reportagem, fica subentendido que algumas pessoas saem para outras entrarem. Saem os moradores do local e do entorno — eles não aparecem nas reportagens — para tornar este espaço “intocável”, em seguida entram os pesquisadores e os ecoturistas, que procuram o lugar justamente por ser “intocável”. A idéia do intocável parece estar ligada a contemplação da beleza cênica, o que exclui a presença de moradores locais que necessitam fazer uso dos recursos naturais. Paradoxalmente é admitida a presença dos “visitantes”.

O proprietário da RPPN Toque-Toque Pequeno diz que a criação da reserva foi uma maneira encontrada para proteger o local da ação predatória dos moradores próximos, que além da extração do palmito jussara também deixavam lixo em sua propriedade. Além da solução para os problemas imediatos, Horácio Tackano conseguiu atrair para o local pesquisadores do Projeto Biota/USP e o apoio governamental na fiscalização da área.

A natureza apresentada nesta reportagem só atinge os propósitos do proprietário da reserva graças ao significado que lhe é atribuído por parcelas da população que apreciam e buscam este espaço cênico como a representação da natureza intocada, “natural”, para o deleite de todos que podem ter acesso a esses espaços preservados. Há também a

possibilidade da educação das crianças para o respeito ao “verde”, pois as pessoas são orientadas para circular na reserva, sendo o próprio lugar (re)construído a partir de uma visão pré-determinada de natureza agradável e saudável.

Mcclelland (1998) oferece um histórico da construção dos parques nacionais americanos e comenta que o processo de transplantar e replantar tornou-se freqüente com a naturalização da paisagem desde 1930. Dentre os engenheiros, os *landscapes engineers* destes parques, a autora cita Charles P. Punchard, Daniel Hull, e Thomas C. Vint, cujas atividades pretendiam incentivar os administradores dos parques a usarem técnicas que conciliassem a construção de áreas artificiais com recursos nativos, criando uma forma de arquitetura que concebesse edificações com aparência “natural”, dissimulando tanto quanto possível a intervenção humana.

Os serviços de criação e manutenção dos parques introduziram o conceito enunciado frequentemente como áreas selvagens, *wilderness areas*, para que as mesmas fossem consideradas intocadas, sendo seu acesso permitido apenas a pé ou a cavalo. Com o passar do tempo, algumas soluções inovadoras foram elaboradas para aumentar o número de visitantes em trilhas educacionais, sem sacrificar a natureza. O sistema de criação e aprovação dos projetos garantia que haveria uma harmonia com a natureza e que ela seria alcançada por uma dinâmica que implicava a responsabilidade compartilhada pelos administradores e pelos visitantes dos parques (MCCLELLAND, 1998).

Umberto Eco comenta os cuidados com os animais e as atividades educativas no zoológico “Marine World África-USA” de Redwood City, São Francisco, EUA. Dentre várias descrições do local, trazemos para esta discussão um acontecimento do “Ecology Theater”, considerado por Eco o centro simbólico do zôo. Neste local, o palco está arrumado para representar uma zona selvagem, onde, ao som da mais genuína música *folk*, duas garotas fazem entrar três filhotes de animais selvagens: “um leãozinho, um pequeno leopardo e um tigre de bengala de apenas seis meses”. As moças dirigindo-se à platéia comentam que, embora sendo animais ferozes, são muito mansos quando encontram um ambiente agradável e amigo e convida as crianças a acariciá-los. (ECO, 1994, p. 62).

A docilidade destes animais, que Eco (1994) atribui à sonolência provocada pelas sementes de papoulas provavelmente ingeridas, sensibiliza as crianças a protegê-los, já que podem acariciá-los como o fazem com seus inofensivos “bichinhos de pelúcia”,

A emoção de acariciar um tigre de bengala não é coisa corriqueira e o público respira bondade ecológica por todos os poros. Do ponto de vista pedagógico, a coisa produz certo efeito sobre os meninos, e é claro que os ensinará a não matar os animais ferozes, admitindo-se que algumas vezes na vida lhes aconteça encontrar um. Mas para realizar esta “paz natural” (como indireta alegoria da paz social) foram necessários muitos esforços: a educação dos animais, a construção de um ambiente artificial que pareça natural, as *hostesses* que educam o público. De modo que a essência final desse apólogo sobre a bondade da natureza é o Adestramento Universal (ECO, 1994, p. 63).

É o que parece acontecer com as reservas naturais que, discutidas nas reportagens sobre as Reservas Particulares do Patrimônio Natural no Repórter Eco, exibem uma artificialização da natureza que fica escondida pelos aparatos técnicos da televisão: os ângulos que o cinegrafista escolhe para as imagens dos locais apresentados, as imagens e as falas de Flávia Lippi, as pessoas selecionadas para prestarem depoimento, a equipe que realiza a pauta e a montagem do programa. São artificializações que garantem ao telespectador uma natureza não-contaminada, já que a natureza intocada, como o próprio nome diz, está disponível apenas nas imagens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As imagens do Repórter Eco cumprem o papel de divulgação dos temas ecológicos, a veiculação das reportagens informam o telespectador das ações em curso, esclarecem sobre o que pode ser feito para melhorar as condições de vida da sociedade brasileira. Contudo, a questão ecológica fica em aberto, até porque a sociedade permanece dividida entre a idéia de natureza intocada sem a presença humana e a proposta do manejo sustentável que admite a presença humana nas áreas nativas. Portanto, o Repórter Eco espelha o impasse relativo à integração dos espaços social e natural, evidenciando que esta discussão está em aberto e continuará suscitando novas idéias para a promoção da atividade humana sem a degradação da natureza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Bia. Das diferenças entre ler e ver televisão. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 03 jul. 2005. Folha Ilustrada, p.07.

ALPHANDÉRY, Pierre; BITOUN, Pierre; DUPONT, Yves. *O equívoco ecológico: riscos políticos da inconseqüência*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

ARMES, Roy. *On Video: o significado do vídeo nos meios de comunicação*. São Paulo: Summus, 1999.

BORTOLOZZI, Arleude. *Educação Ambiental e o ensino de geografia: Bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí*. 268f. 1997. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

BUCCI, Eugênio.(Org.) *A TV aos 50: criticando a televisão brasileira no seu cinquentenário*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

CARVALHO, L.M. *A temática ambiental e a escola de 1º. Grau*. 1989. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

ECO, Umberto. Cultura como espetáculo. In _____ *Viagem na irrealidade cotidiana*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. p. 213-219.

MACHADO, Arlindo. O processo de recepção e as novas tecnologias de comunicação. *Novos olhares: revista de estudos sobre práticas de recepção a produtos midiáticos*, São Paulo, v. 5, n. 5, p. 22-30, 2000. Entrevista.

_____. *A Televisão levada a sério*. 2. ed. São Paulo: Senac, 2001.

MÁXIMO-ESTEVEVES, Lúcia. *Da teoria à Prática: Educação Ambiental com a crianças pequenas ou O Fio da História*. Porto: Porto Editora, 1998.

MCCLELLAND, Linda Flint. *Building the National Parks: historia landscape design and construction bate*. London: The John Hopkins University Press, 1998

OSTMAN, Ronald; PARKER, Jill L. A Public's Environmental Information Sources and Evaluations of Mass Media. *Journal of Environmental Education*, v. 18, n. 2, p. 9-17, 1986.

PINTON, Florence; AUBERTIN, Catherine. Extrativismo e desenvolvimento regional. In: EMPERAIRE, Laure. (Ed.). *A floresta em jogo: o extrativismo na Amazônia central*. São Paulo: Imprensa Oficial: Unesp, 2000, p. 152-159.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. Por que é necessário preservar a Coruja-pintada. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 14 mar. 2004. Caderno Mais, p. 16-18.

WILLIAMS, Raymond. *Television: technology and cultural form*. London: Routledge, 1990.

LEGISLAÇÃO

Brasil. Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000. Disponível em <<http://www.ibama.gov.br/licenciamento/lei9985julho2000.php>>. Acesso em: 23 de set. 2002.